

ESCOLA DA TERRA-COMPROMISSO CRIANÇA ALFABETIZADA

FORMAÇÃO CONTINUADA EM LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO NAS ESCOLAS
DO CAMPO, DAS ÁGUAS E DAS FLORESTAS

PLANO DE TRABALHO 2024-2025

I. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO	
1.1 Instituição Proponente	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA
1.2. CNPJ	24.529.265/0001-40
1.3. Endereço	Av. Francisco Mota, 572 - Bairro Costa e Silva, Mossoró RN CEP: 59.625-900
1.4. Unidade Executora	DCH-CCSAH- UFERSA
1.5. Coordenação	Ana Gabriela de Souza Seal (SIAPE:1806509), 036773294-77 anagseal@ufersa.edu.br
1.6. Curso	Formação Continuada em Letramento e Alfabetização de Professoras do Campo, das Águas e das Florestas – Escola da Terra compromisso criança alfabetizada
1.7. Área Sub-Área	Educação - Educação do Campo- alfabetização e letramento
1.8. Modalidade	Aperfeiçoamento
1.9. Carga Horária	180 Horas – TU - TC
1.10 Custeio previsto	R\$ 300.000,00
1.11. Meta Física	200 professoras(es) do primeiro ao terceiro ano e de turmas multisseriadas 40 escolas 11 municípios Secretaria Municipal de Educação dos municípios de: Mossoró, Angicos, Serra do Mel, Baraúna, Governador Dix-Sept Rosado, Tibau, Grossos, Areia Branca e Caraúbas no Rio Grande do Norte, Icapuí e Aracati no Ceará.
1.12. Local de Realização	Sede da Universidade Federal Rural do Semi-Árido em Mossoró, Angicos e Caraúbas, espaços das secretarias de educação e das escolas parceiras
1.13. Início do Curso	Outubro de 2024
1.14. Término do Curso	Junho de 2025
1.15. Vigência do Projeto	Outubro de 2024 a julho de 2025
1.16. Parcerias Envolvidas	Secretarias Municipais de Educação dos municípios Mossoró, Angicos, Serra do Mel, Baraúna, Governador Dix-Sept Rosado, Tibau, Grossos,

	Areia Branca e Caraúbas no Rio Grande do Norte, Icapuí e Aracati no Ceará.
1.17. Resumo do Objeto	O presente projeto trata do Termo de Execução Descentralizada (TED) para prover recurso/custeio para a realização da Formação Continuada de professoras(es) das escolas do campo, das águas e das florestas em letramento e alfabetização – compromisso criança alfabetizada.

II. ASENTAÇÃO

O programa Escola da Terra- Compromisso Nacional Criança Alfabetizada pretende garantir a alfabetização de alunos matriculados nos anos iniciais do Ensino Fundamental nas escolas das redes públicas do campo. Serão realizadas ações de formação dos docentes alfabetizadores que atuem no ciclo de alfabetização de escolas do campo vinculadas às secretarias municipais e estaduais de educação. A Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFRSA, une-se ao programa enquanto ente federado para atender as demandas da região do Oeste Potiguar e dos municípios cearenses mais próximos.

A UFRSA – Mossoró, seu campus sede, fica no município considerado a capital do Oeste Potiguar. Com mais de 300 mil habitantes, Mossoró recebe diariamente os moradores das cidades circunvizinhas que se deslocam para acessar inúmeros serviços, dentre os quais saúde e educação, como também ocupação laboral e lazer. Com 57 anos de existência, a UFRSA iniciou suas atividades como Escola Superior de Agronomia de Mossoró – ESAM em 1967 e foi incorporada à rede federal de ensino superior no ano de 1969. Em 2008, quando foi transformada em UFRSA, pela Lei 11.155 de 29 de julho de 2005 (Brasil, 2005), ampliou imensamente suas ofertas de cursos, espaços físicos e atuação na região.

No Oeste Potiguar, apenas Mossoró e Areia Branca são considerados como municípios com contexto urbano. Os demais municípios do Rio Grande do Norte que as circundam são classificados como municípios rurais (Santos et al, 2021). Em termos de presença de povos do campo, das águas e das florestas, importante situar que Mossoró abriga o segundo assentamento maior do Brasil (Silva, 2024), na região da Maísa. Este representa uma conquista para os trabalhadores rurais sem-terra, com a garantia do direito à casa própria e espaço de trabalho, geralmente caracterizado pela agricultura agroecológica. Em Mossoró e municípios circunvizinhos é possível encontrar diversos assentamentos, projetos de assentamentos, acampamentos e sítios, nos quais são residentes os trabalhadores rurais assalariados ou autônomos. Além desse contexto, nos municípios de Areia Branca, Grossos, Tibau no Rio Grande do Norte, Icapuí e Aracati no Ceará há diversas comunidades de pescadores. A região, portanto, favorece o atendimento das crianças oriundas do grupo social foco do projeto.

Enquanto instituição federada, UFRSA é uma universidade que possui reconhecida ação e relevância social na região em que se localiza. Com cinco campi (campus sede em Mossoró e mais quatro em funcionamento, nas cidades de Angicos, Caraúbas, Pau dos Ferros e Serra de São Bento), oferta vagas para mais de 40 cursos de graduação na modalidade regular além dos cursos de graduação à distância. A instituição em questão também conta com treze programas de pós-graduação *strictu sensu*, com cursos de mestrado e doutorado, além da oferta de cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização.

Dentre os cursos de graduação, a UFERSA oferta desde 2013 a Licenciatura em Educação do Campo, com as habilitações em Ciências da Natureza e Ciências Humanas e Sociais em seu campus sede, formando professores para atuação na região. No campus Caraúbas as Licenciaturas em Letras Libras, Letras Inglês, Letras Português e a Licenciatura em Física habilitam a formação dos profissionais da Educação e, inclusive, passará a ofertar em breve a graduação em Letras Libras também na modalidade PARFOR. Em Angicos, o curso de Pedagogia e a Licenciatura em Informática e Computação completam os cursos regulares para formação docente da instituição. Via Universidade Aberta do Brasil, são ofertadas as Licenciaturas em Matemática, Física, Química e Computação. A UFERSA também já ofertou turmas de Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Biologia e Licenciatura em Informática e Computação via Programa de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR. Muitos egressos das graduações em licenciaturas mencionadas e de outras instituições tem a possibilidade de continuidade de estudos e formação na própria instituição, através de programas de pós-graduação *lato* ou *strictu sensu*. Programas de mestrado na Pós-Graduação em Cognição, Tecnologias e Instituições; Mestrado em Ensino de Física; Mestrado Profissional em Matemática; Mestrado em Ecologia e Conservação; Mestrado em Meio Ambiente, Tecnologia e Sociedade; como também o Mestrado e o Doutorado do Programa Interinstitucional de Ensino – Pós-Ensino (que reúne as três instituições públicas de Ensino Superior em funcionamento em Mossoró – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte; Instituto Federal do Rio Grande do Norte e a UFERSA), contribuem com o fortalecimento da formação docente e ampliam a margem de influência das ações da universidade nas comunidades.

Acerca da experiência da universidade na articulação com as escolas da região, além das ofertas de formação docente, a UFERSA acumula vasta experiência com o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID, somando mais de dez anos de adesão ao programa desde a instauração dos primeiros cursos em licenciatura. Participam do PIBID na UFERSA os cursos de graduação em Licenciatura mencionados, inclusive a Licenciatura em Educação do Campo, permitindo a chegada da universidade nas escolas de comunidades do campo dos diferentes municípios atendidos. Além disso, muitos programas de extensão da UFERSA, vinculados aos docentes das licenciaturas ou das diferentes graduações ofertadas, realizam ações em parceria direta com as escolas, é o caso do Programa Ciência para Todos no Semiárido Potiguar, do Ciência no Parque, do Hortas Escolares, do Casa de Leitura, dentre diversos outros.

Portanto, a UFERSA apresenta condições propícias para a implantação e o desenvolvimento deste curso de aperfeiçoamento que faz parte do programa Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – Escola da Terra, de forma a contribuir com a formação de docentes alfabetizadores atuantes nas escolas do campo de onze cidades da região do Oeste Potiguar e municípios cearenses a ela vizinhos. Esta proposição, em particular, pretende contribuir com a formação de 200 professores alfabetizadores. Com este quantitativo de docentes, será possível atingir diretamente um público de cerca de duas mil crianças do campo.

III. JUSTIFICATIVA

Os estudos da História da Educação no Brasil apontam para uma série de avanços e retrocessos nas iniciativas de regularização da oferta da escolarização no país ao longo dos anos (Saviani, 2013). Sobretudo no último século, a organização de uma educação nacional para atendimento das camadas populares ganhou fôlego e instituiu, em formato de lei recentemente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, a conhecida LDB

9394/96 (Brasil, 1996). Esta legislação, apresentava como normativa a exigência da matrícula em escolas de todas as crianças a partir dos sete anos, com o ingresso no Ensino Fundamental. Posteriormente, essa obrigatoriedade passou a atender as crianças de seis anos com a inclusão das turmas de alfabetização como primeiro ano do Ensino Fundamental, ampliando de oito para nove anos esse nível de ensino com a Lei 11.274 de 2006 (Brasil, 2006). Já a lei 11.700 de 2008, inaugura a exigência de oferta de vagas para crianças a partir dos 4 anos, nesse caso na Educação Infantil, em escolas próximas à sua residência.

Como condições gerais favoráveis à implantação dessa normativa, a LDB 9394/96 (Brasil, 1996) já apontava a necessidade de instituir como prioridade as matrículas das crianças em escolas próximas aos seus locais de moradia. Especificamente sobre as comunidades do campo, o artigo 28 da referida legislação dedica-se a regulamentar a adequação dos conteúdos curriculares, metodologias e possibilidade de trabalho com a Pedagogia da Alternância – aspecto modificado na legislação original com a Lei 14.767, de 2023 (Brasil, 2023); organização e calendário escolares próprios de acordo com condições climáticas e ciclos agrícolas; adequações à natureza das atividades laborais desenvolvidas nas zonas rurais. Em parágrafo único, a legislação dedica-se a regularizar e normatizar acerca do fechamento das escolas do campo.

As legislações elencadas buscam suprir questões básicas e regulamentar o atendimento efetivo das crianças brasileiras em idade escolar. Em especial, alunos das camadas populares da sociedade brasileira contam com o dispositivo jurídico das leis educacionais para a garantia do acesso e usufruto do direito à educação, na maioria dos casos via redes públicas de ensino. Particularmente no que se refere aos alunos do campo, infere-se por meio do artigo 28 da Lei 9394/96 a preocupação com a presença das escolas nesses espaços, evocando a necessidade de justificativas para o fechamento dessas. Em efetivo, no Brasil, entre os anos 2000 e 2021 mais de 105 mil escolas do campo foram fechadas, reduzindo significativamente as chances das populações do campo acessarem instituições próximas aos seus locais de moradia. No caso das crianças que apresentam idade entre seis e oito anos, a dificuldade de acesso e permanência nos processos de escolarização são geradoras do adiamento da aprendizagem da alfabetização. A pouca ou nenhuma presença de escolas próximas às casas dos discentes do campo pode aumentar o número de crianças fora da escola, como também impulsionar a evasão/o abandono dos processos de ensino. No caso do público dos anos iniciais do Ensino Fundamental, sobretudo do primeiro ciclo, as lacunas no período da alfabetização podem prejudicar a aprendizagem das diferentes áreas do conhecimento, uma vez que os processos de leitura e escrita se estendem como fundamentais para qualquer disciplina escolar. Para estes apontamentos, é urgente a intervenção do poder público de forma a reverter esse quadro e garantir efetivamente o acesso e a permanência das crianças das comunidades do campo em sistemas públicos de ensino.

Contraditoriamente a estes dados, ou apesar dessas ocorrências, é importante notar que, para além dessas questões, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, medido pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, apresentou um índice crescente quanto ao rendimento dos estudantes de 2005 a 2023 das escolas públicas estaduais do Rio Grande do Norte que atendem os anos iniciais do Ensino Fundamental, passando de 2,6 para a nota 5,0. O mesmo ocorreu com as escolas municipais referente aos municípios a serem atendidos na ação aqui proposta. O índice apresentou resultados crescentes, variando entre as notas 2,5 a 3,2 no ano de 2005 a 4,1 e 5,6 no ano de 2023. As cidades do Ceará a serem atendidas, Icapuí e Aracati, apresentaram, respectivamente a nota 2,7 e 3,3 no ano de 2005 e atingiram a nota de 6,0 e 6,2 em 2023. Assim, é possível compreender que houve uma importante, embora sutil, melhoria da qualidade de ensino das escolas públicas municipais e estaduais da região, como apresentam os resultados do IDEB. Muitos fatores podem ter

contribuído para o aumento das notas aqui apresentadas. Um deles diz respeito à própria formação docente. Muitos professores da região tiveram acesso à primeira formação em curso superior pelas universidades mais próximas, dentre elas a própria UFERSA, em cursos voltados aos docentes já atuantes em salas de aula ou mesmo cursos regulares de licenciatura, ao mesmo tempo houve uma ampliação da quantidade de egressos das universidades públicas formados em licenciatura de 2005 a 2023 nesse espaço geográfico. Mais um fator que pode aqui ser elencado diz respeito aos muitos cursos de aperfeiçoamento ministrados nos anos em que a presidência foi gerida por governos trabalhistas, inclusive cursos de alfabetização, como ofertado via Programa de Ações Articuladas – PAR, ou aqueles diretamente promovidos pelo Ministério da Educação, como o pró-letramento e os cursos do programa Alfabetização na Idade Certa. As ações de distribuição de materiais didáticos e pedagógicos, bem como a instauração das bibliotecas nas escolas através de programas como o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD e o Programa Nacional Biblioteca na Escola – PNBE contribuíram sobremaneira para o acesso da população a materiais de leitura. Muitas outras ações podem ter contribuído para esse avanço qualitativo, além dos já citados, saliente-se ainda como exemplo os programas voltados ao fomento e qualidade da merenda escolar. Não obstante, poucas iniciativas voltaram-se à abordagem da realidade regional ou resgatavam as culturas, tradições locais. A escola do campo ainda movia-se como um corpo estranho às comunidades em que estava localizada. Além disso, ainda é preciso investir em ações que contribuam para a aprendizagem dos conhecimentos escolares por todos os estudantes das escolas públicas, principalmente no que tange à alfabetização destes. Os resultados do IDEB, embora tenham evoluído, ainda não aparecem como plenamente satisfatórios diante de um projeto de nação.

Acerca das adequações dos conteúdos, calendários e trabalhos desenvolvidos nas comunidades do campo, como abordam a legislação apresentada, os movimentos sociais e grupos de profissionais da educação, inclusive os vinculados às universidades, têm contribuído para o fortalecimento das ações e estudos na área da Educação do Campo. Um primeiro e grande ganho foi o abandono da perspectiva de uma educação rural e da assunção nas legislações no que tange a educação do campo desta enquanto conceito, viés compreensivo, área de conhecimento e de atuação. Houve uma mudança significativa do foco de atendimento das normativas legais, abandonando a perspectiva de atendimento ao mercado de trabalho para o atendimento das necessidades dos grupos de trabalhadores e povos do campo, das águas e das florestas. Essa mudança no âmbito normativo é assumida com a publicação das Diretrizes Nacionais para uma Educação Básica do Campo, através da Resolução n.01 de 03 de abril de 2002 (Brasil, 2002). Nesse interim, as adequações dos conteúdos, calendários e atividades laborais desenvolvidas nas comunidades, como também a cultura dos povos tradicionais e dos trabalhadores do campo passaram a ser contempladas na abordagem da Educação do Campo, mas essas discussões em muitas circunstâncias ainda não chegaram nas escolas do campo. Ainda há um longo percurso para a efetivação dessas práticas e do cumprimento das normativas específicas. Programas como o que aqui se propõe contribuem para o avanço nesta caminhada.

Caldart (2015) advoga diante dessas questões que a transformação das escolas para possibilitar essas adequações precisa fundamentar-se no trabalho enquanto princípio educativo. Nesse caso, as práticas laborais desenvolvidas pelos povos do campo, das águas e das florestas. Situa sua discussão nas experiências estabelecidas no âmbito do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST. Compreende-se, portanto, que essa mudança ancora-se principalmente nas práticas agroecológicas desenvolvidas de acordo com os saberes tradicionais e originários desses povos, em que a preservação da vida é o objetivo principal. Outro apontamento diz respeito às lutas sociais para a garantia de um estado de

bem-estar social aos trabalhadores, uma luta contra as condições de exploração, opondo-se ao tipo de sociedade então estabelecida por meio da lógica do capital. Por fim, indica como terceira condição a organização coletiva, igualmente com origem nas conquistas pelos movimentos sociais e tendo em vista seu *modus operandi*. A autora toma esses três princípios – o trabalho, as lutas sociais e a organização coletiva – como matrizes pedagógicas para a transformação das escolas. Esses princípios não ficam restritos à configuração das escolas do campo, mas possibilitam a transformação das escolas como um todo, rompendo com o ciclo instituído pela sociedade capitalista em que os sistemas educativos funcionariam de modo a favorecer-lhes.

Paulo Freire (2005) na obra *Pedagogia do Oprimido* tecia considerações que contribuem para essas reflexões. O autor apresentava a necessidade da tomada de consciência dos oprimidos acerca de suas condições de opressão. Para tanto, surge como fundante o estabelecimento do diálogo como prática conscientizadora, instituído em condições de igualdade. Aos educadores, que chama de educadores-educandos, colocar-se em aprendizagem possibilitaria a instauração do diálogo com seus educandos-educadores na construção do conhecimento por ambas as partes. Ao mesmo tempo, essa ação de dialógica ampliaria a compreensão acerca das condições de opressão vividas. Assim, o ser no mundo, esse ser inacabado, em comunhão com outros, também inacabados, entrariam em processo de conscientização sobre a realidade que os cerca e sobre as condições de inacabamento, possibilitando uma educação libertadora.

A pedagogia freireana, dialógica, libertária e conscientizadora, trouxe a compreensão de que “a leitura de mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele” (Freire, 2021, p. 36), marcando, portanto, todo o processo posterior. O processo de aprendizagem do ler e do escrever precisa estar entrelaçado com os conhecimentos de mundo que cada pessoa carrega consigo, precisa somar-se a eles. A leitura da palavra, neste sentido, surge como chave importante para a ampliação da leitura de mundo, para a conscientização das pessoas, para a compreensão de suas condições de opressão e, por conseguinte para seu agir no mundo. Junto aos alunos de seis a oito anos, crianças que carregam consigo as experiências identitárias e culturais de suas comunidades e de seu cotidiano, os processos de alfabetização voltados ao ensino-aprendizagem da leitura e escrita de língua materna poderão, assim, contribuir para a consolidação de suas raízes culturais, para o seu estar e agir no mundo, valorizando os seus saberes e suas comunidades de origem.

A alfabetização, no contexto brasileiro e no contexto das comunidades do campo, não pode mais ser um bem acessível a poucos. É necessária sua garantia a todas as crianças. A proposta do curso de aperfeiçoamento Escola da Terra - Compromisso Nacional Criança Alfabetizada surge como uma iniciativa que pretende contribuir com a mudança dessa realidade. Repensar o modelo de escola e de educação instaurado tomando por orientação os apontamentos de Caldart (2015) e de Freire (2021) já apresentados neste texto, de forma a promover tecituras dos conhecimentos das infâncias no campo com as situações de alfabetização que serão desenvolvidas no ambiente alfabetizador surge como fundamental. Torna-se necessário atentar que o público de crianças participantes do ciclo de alfabetização possui características em comum que definem uma fase importante do desenvolvimento infantil e essas características, juntamente com as singularidades dos grupos sociais que são parte, marcam suas identidades e modos de fazer. Para Kramer (2007) as crianças fazem parte de grupos e classes sociais específicas, são criadoras de cultura, produzem histórias e são pessoas de direitos. Portanto é fundamental o estabelecimento da igualdade e justiça social para que possam acessar seus direitos.

A perspectiva da alfabetização e do letramento, conceitos cunhados e bastante debatidos no Brasil, pode contribuir com a construção dessa articulação entre os conhecimentos tradicionais das comunidades do campo e as ações empreendidas pelas instituições escolares e seus alfabetizadores, promovendo a garantia de um direito básica das crianças do campo. A alfabetização enquanto possibilidade de apropriação da tecnologia do ler e do escrever e o letramento como a aprendizagem e inserção nas práticas sociais de leitura e escrita (Soares, 2003S; Soares, 2004a; Soares, 2004b;). A alfabetização sendo garantida, dessa forma, com ações direcionadas à compreensão da tecnologia do ler e escrever. Para Morais (2012) o ensino da alfabetização envolve a compreensão da escrita enquanto um sistema de escrita e, portanto, requer a aprendizagem dos princípios do sistema de escrita alfabética, das relações grafofônicas e também da consciência fonológica, essas últimas possibilitando, inclusive várias aprendizagens acerca da ortografia (Morais, 2007; Morais, 2009). A preparação do ambiente alfabetizador nas comunidades em questão pode valer-se de materiais oriundos do próprio cotidiano dos discentes, de forma a contribuir para as reflexões diretamente relacionadas aos conhecimentos relacionados. Acerca dos aspectos que envolvem o letramento, o envolvimento dos discentes nas práticas sociais de leitura e de escrita, sobretudo aquelas promovidas em seus contextos culturais, serão igualmente convocados como oportunidades de ampliação da compreensão dessas ações pelas crianças. Além das possibilidades de trabalho com a alfabetização e o letramento para a leitura e a escrita, serão também alvo de discussões no curso de aperfeiçoamento o letramento matemático, de forma a contribuir com a compreensão dos usos da matemática no contexto das comunidades. Em paralelo, as ações de formação das e dos docentes alfabetizadores do campo, possibilitarão a consolidação de conhecimentos relativos aos processos de alfabetização e letramento, bem como ampliarão a compreensão acerca de seus espaços de atuação, possibilitando a promoção de ações de alfabetização contextualizadas, interdisciplinares e significativas às crianças envolvidas. Na Educação do Campo o resgate da agricultura familiar, tomando por base a agroecologia, as práticas culturais das comunidades tradicionais do campo, das águas e das florestas possibilitarão a concatenação das práticas alfabetizadoras aos interesses dos discentes.

Pretende-se atender um total de 40 escolas, dentre as quais as registradas como escolas do campo pela Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Norte, na 12ª DIREC-MOSSORÓ, e as escolas municipais vinculadas às Secretarias Municipais dos municípios parceiros desta ação, que contemplem os anos iniciais e salas multisseriadas.

Temos, então, que a principal contribuição da presente proposição está relacionada à construção coletiva de interpretações ativas dessa situação-problema e de possíveis atitudes responsivas na busca de seu enfrentamento visando à superação de um tal estado de coisas e à consequente garantia do direito de aprendizagem aos estudantes de escolas envolvidas, por meio do desenvolvimento de práticas educativas que proporcionem a articulação de elementos estratégicos para a organização do trabalho pedagógico em sua multidimensionalidade. Neste sentido, uma primeira questão a ser tratada diz respeito às dificuldades de desenvolvimento em leitura, escrita e numeramento nessas escolas, situação que se apresenta fortemente nas séries iniciais, mas se prolonga ao longo do percurso escolar atravessando toda a trajetória desses estudantes.

IV. OBJETIVOS

4.1. Geral

- Desenvolver práticas inovadoras de ensino de leitura e escrita com professores alfabetizadores que atuam em turmas multisseriadas e nos primeiros ao terceiro ano nas escolas do campo, das águas e das florestas, visando à superação de situação de não aprendizagem da língua escrita nas séries iniciais do ensino fundamental, com ênfase na perspectiva do letramento.

4.2. Específicos

- Construir estratégias didático-pedagógicas de ensino da língua escrita tecnicamente informadas e socialmente adequadas a cada contexto de atuação dos participantes do Projeto;
- Exercitar metodologias de alfabetização articuladas às necessidades de letramento de cada contexto de aprendizagem, tendo em vista a função social da língua escrita;
- Conhecer experiências de trabalho integrado de leitura e produção de textos orais e escritos, explorando características do sistema notacional da língua portuguesa, como as relações entre sons e letras, as convenções alfabético-ortográficas;
- Elaborar planos de ação para atender demandas específicas das escolas multisseriadas, conforme demandas locais;
- Produzir material de estudo, reflexão-ação visando orientar gestores, docentes e demais sujeitos das escolas multisseriadas quanto à condução adequada de diferentes situações-problema com base nos princípios da gestão democrática e participativa;
- Criar, em conjunto com docentes e coordenadores pedagógicos, subsídios para atuação didático-pedagógica eficaz, atualizada e coerente com as necessidades dos estudantes e suas famílias/comunidades.

V. PERFIL DO PÚBLICO

Esta proposta de Curso de Aperfeiçoamento tem como público preferencial professores alfabetizadores que atuam em turmas multisseriadas nas escolas do campo, das águas e das florestas ou turmas do primeiro ao terceiro ano.

Os critérios utilizados para seleção dos participantes serão definidos em conjunto com as Secretarias Municipais de Educação, a partir do histórico de trabalhos e parcerias em ações e atividades de ensino-pesquisa-extensão.

VI. PERFIL DA EQUIPE DE COORDENAÇÃO E FORMAÇÃO

EQUIPE EXEUCUTORA	
QUANTIDADE	FUNÇÃO
1	Coordenadora-Adjunta: Ana Gabriela de Souza Seal CPF: 036773294-77; SIAPE: 1806509
1	Coordenador de Formação: Fernando da Silva Cordeiro

	CPF:070607764-43; SIAPE: 1141857
1	Supervisor: Kize Arachelli de Lira Silva CPF:03452098427; SIAPE: 1165781
5	Professores/as – “Pesquisador Formador”: Ana Gabriela de Souza Seal CPF:036773294-77; SIAPE:1806509 André Victor Cavalcanti Seal da Cunha CPF: 904822984-72; Externo Jhose Iale Carneiro da Cunha CPF: 050934484-43; SIAPE: 2647194 Kézia Viana Gonçalves (voluntária) CPF: 862309563-49; SIAPE: 1750487 Moacir Vieira da Silva CPF: 067444034-00; Externo Míria Helende Souza Andrade CPF: 489711974-04; Externo Sale Mário Gaudêncio CPF: 009576284-12; SIAPE: 1752373
10	Tutores = professores das redes municipais envolvidos no projeto

VII. METODOLOGIA DO CURSO

7.1. Perspectiva Teórico-Metodológica

A orientação metodológica da presente proposta fundamenta-se nos princípios da Educação do Campo: o trabalho, a pesquisa, a cultura e a interdisciplinaridade como princípios educativos; a alternância dos tempos e espaços formativos.

Para ser coerente com seus pressupostos e compatível com a natureza de seus objetivos, esta ação requer uma metodologia de caráter participativo, flexível e aberto ao devir dos processos que serão vivenciados. Assim, pensamos em outras formas mais fluidas de organizar o trabalho, considerando sempre que vamos trabalhar “com” e não “sobre” ou “para” as escolas do campo e seus sujeitos.

7.2. Estrutura dos Módulos

1. Módulo 1: Leitura do Mundo: Alfabetização e Letramento dos Povos do campo, território, povo, culturas, sujeitos sociais e da aprendizagem – campo e Princípios da Educação do Campo

Ementa: Contextualização da Educação Popular. Princípios e fundamentos da Educação do Campo. Conceitos de alfabetização e letramento. Sujeitos e práticas de alfabetização e letramento nas comunidades do campo.

Tempo comunidade/escola: cartografia social/inventário do universo vocabular da comunidade escolar e das práticas culturais, início da discussão e elaboração do plano de ação de alfabetização da escola

2. Módulo 2- Ler e Escrever a própria história: concepção de alfabetização e letramento, organização do trabalho pedagógico de leitura e escrita.

Ementa: Aprendizagem do sistema de escrita alfabético. Práticas de leitura e escrita na Educação do Campo. Gêneros discursivos no cotidiano das comunidades do campo. Formas de organização do trabalho pedagógico na alfabetização.

Tempo comunidade e tempo escola: Inventário de Práticas Pedagógicas de Alfabetização. Exposição de literatura e artes nas escolas

3. módulo 3 – Ler e Contar o mundo: Letramento Matemático e Etnomatemática

Ementa: Saberes e fazeres matemáticos nas comunidades do campo Conhecimentos matemáticos em uso no cotidiano: estruturas aditivas e multiplicativas e a geometria em prática nas comunidades do campo. Situações-problemas e tratamento da informação no cotidiano das comunidades do campo.

Tempo comunidade/escola: Inventário das Práticas pedagógicas de Ensino de Matemática e levantamento dos estudantes do uso de matemática nas famílias e nas comunidades. Produção de materiais didáticos para alfabetização matemática.

4. Ler, Interpretar e agir no mundo: interdisciplinaridade na organização do trabalho pedagógico, agroecologia e sustentabilidade

Ementa: Agroecologia como matriz pedagógica e formativa na Educação do Campo. Práticas camponesas de preservação da vida e sustentabilidade. A alfabetização e o letramento em articulação interdisciplinar com as práticas agroecológicas: possibilidades de ações.

Tempo comunidade/escola: Inventário das práticas de sustentabilidade e agroecologia existentes nas comunidades. Sistematização das atividades e plano a ser apresentado no seminário.

5. Seminário de socialização de propostas

Ementa - Aprofundamento dos estudos; socialização das práticas pedagógicas construídas ao longo do curso; apresentação do Plano de ação de alfabetização de cada escola

7.2. Metas

- Meta 1: Articulação com secretários municipais de educação das redes a serem atendidas pelo projeto na UFERSA
- Meta 2: Formação continuada de 200 professores alfabetizadores, vinculados a cidades da região do Alto Oeste Potiguar e cidades cearenses vizinhas.
- Meta 3: Promoção de ações de alfabetização e letramento nas escolas parceiras, pautadas nas abordagens da alfabetização e letramento e dos princípios da Educação do Campo.
- Meta 4: Produção e publicação de 01 dispositivo de registro/comunicação do tipo Portfolio por escola envolvida no programa.
- Meta 6: Elaboração de 01 plano de ação de alfabetização e letramento por escola envolvida no projeto, focando a estratégica do trabalho coletivo, com gestão democrática e participação das comunidades.
- Meta 7: Elaboração de 01 proposta de letramento alfabético, literário, digital e matemático por escola.
- Meta 8: Realização de 06 etapas de acompanhamentos pedagógicos realizados por professores tutores.

7.3. Atividades previstas

As atividades a serem desenvolvidas no âmbito do presente projeto guardam estreita relação com a proposta de formação de professores do campo, ancorada nos fazeres e culturas das comunidades em que as escolas estão localizadas. O projeto pretende viabilizar a formação dos professores-alfabetizadores das escolas parceiras, realizando adequações no planejamento quando for necessário. Para tanto, estipulou-se o cronograma e orçamento a seguir como uma forma de orientação para o desenvolvimento das ações.

VIII. CRONOGRAMA (outubro /2024 a junho/2025)

ATIVIDADES PROPOSTAS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Constituição das equipes de trabalho, diálogo com os municípios e seleção dos formadores e tutores.	X									
Planejamento das atividades de formação nos municípios		X	X							
Encontro de formação mensal com a Equipe do Projeto	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Seminário Inicial com todos os professores formadores		X								

Reunião de Apresentação das equipes nos municípios			X							
Realização dos encontros de formação				X	X	X	X	X	X	
Elaboração de Relatório Parcial do Curso de Aperfeiçoamento						X				
Reunião trimestral de avaliação da execução das ações			X			X			X	
Seminário de Encerramento do Curso de Aperfeiçoamento									X	
Sistematização das ações									X	X
Relatório final do Curso de Aperfeiçoamento										X

IX. ORÇAMENTO

DIÁRIAS

Item	Descrição	Quantidade Profissionais	Quantidade Diárias	Valor Unitário	Total
1	Diárias para membros de equipe de formação em deslocamento para realização das oficinas em cada município (1 profissional por oficina X 8 municípios X 5 oficinas X 2 dias)	6	80	R\$335,00	R\$26.800,00
2	Diárias para membros de equipe de formação em deslocamento para reuniões nos municípios (3 profissionais X 11 municípios X 2 reuniões X 1 dia)	3	60	R\$335,00	R\$20.100,00
3	Diárias para membros de equipe de formação em deslocamento para acompanhamento pedagógico nos municípios (2 profissionais X 11 municípios X 3 acompanhamentos X 1 dias)	2	60	R\$335,00	R\$20.100,00
4	Diárias para membros de equipe de formação em deslocamento para reuniões técnicas em Brasília e/ou Visita Técnica Equipe MEC	3	30	R\$335,00	R\$10.050,00
Total			230		R\$ 77.050,00

TRANSPORTE E PASSAGEM

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Total
1	Passagem para reuniões técnicas em Brasília e/ou Visita Técnica Equipe MEC (Ida e Volta)	Passagem	9	R\$3.000,00	R\$27.000,00
2	Locação de caminhonete para transporte de equipe de formação em viagens intermunicipais (11 municípios X 5 oficinas X 2 dias)	Diárias	150	R\$220,00	R\$33.000,00

3	Locação transporte para deslocamento da equipe de formação para reuniões nos municípios (11 municípios X 2 reuniões X 1 dia)	Diárias	20	R\$220,00	R\$4.400,00
4	Locação de transporte para deslocamento de equipe de formação para acompanhamentos nos municípios (11 municípios X 3 acompanhamentos X 3 dias)	Diárias	90	R\$220,00	R\$19.800,00
Total					R\$84.200,00

SERVIÇOS					
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Total
1	Serviços Gráficos para impressão de Material Pedagógico (inclusos revisão acadêmica, diagramação, designe gráfico e impressão)	Serviço	01	R\$22.400,00	R\$22.400,00
2	Serviço de registros fotográficos sobre ações do projeto	Serviço	01	R\$10.000,00	R\$10.000,00
3	Serviço de Fundação de Apoio (10%)	Serviço	01	R\$30.000,00	R\$30.000,00
Total					R\$ 62.400,00

MATERIAL DE CONSUMO					
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Total
1	Kit de material de escritório (resmas de papel, canetas, lápis, grampo, fita colante etc.).	Kit	250	R\$28,40	R\$7.100,00
2	Kit de material personalizado do projeto para participantes das oficinas (bolsa de pano, copo, caneta, bloco de notas e camiseta)	Kit	250	R\$85,00	R\$21.250,00
3	Combustível para transporte de equipe de formação para participar de oficinas, em viagens intermunicipais (11 municípios X 5 oficinas X 2 dias)	Litro	1.500	R\$6,00	R\$9.000,00
4	Combustível para transporte de equipe de formação realizar acompanhamento pedagógico, em viagens intermunicipais (11 municípios X 3 acompanhamentos X 2 dias)	Litro	5.000	R\$6,00	R\$30.000,00
5	Combustível para transporte de equipe de formação para participar de reuniões com prefeituras, em viagens intermunicipais (8 municípios X 2 reuniões X 2 dias)	Litro	1.500	R\$6,00	R\$9.000,00
Total					R\$76.350,00

TOTAL GERAL	R\$300.000,00
--------------------	----------------------

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei 11.155, de 29 de julho de 2005. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível

em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11155.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2011.155%2C%20DE%2029,Art acesso em 21 de set. de 2024

BRASIL, Lei 11.274 de 06 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11274.htm acesso em 21 de set. de 2024

BRASIL, Lei 11.700 de 13 de junho de 2008. Acrescenta inciso X ao **caput** do art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir dos 4 (quatro) anos de idade. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11700.htm#art1 acesso em 21 de set. de 2024

BRASIL, Lei 14.767 de 2023. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao1.pdf> acesso em 21 de set. de 2024

BRASIL, Lei n. 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm acesso em 21 de set. de 2024

BRASIL, Resolução n. 01, de 03 de abril de 2002. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao1.pdf> acesso em 21 de set. de 2024

BRASIL, Resultados do INEP 2023. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados> acesso em 21 de set. de 2024

CALDART, Roseli Salete. Caminhos para transformação da escola. Em Caldart et al (Orgs). Caminhos para a transformação da escola 2: agricultura camponesa, educação politécnica e escolas do campo. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 2021.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2005.

FREITAS, Jambu. Campus Castanhal recebe debate sobre o fechamento das escolas do campo, indígenas e quilombolas nos últimos anos. 2023. Disponível em <https://portal.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias2/14354-seminario-discute-o-fechamento-de-escolas-do-campo-indigenas-e-quilombolas-nos-ultimos-anos> acesso em 21 de set. 2024

KRAMER, Sônia. A infância e sua singularidade. Em BEAUCHAMP, Jeanete et al (Orgs). Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão das crianças de seis anos de idade. Brasília: MEC/SEB, 2007.

MORAIS, Artur Gomes de. (Org.) O aprendizado da ortografia. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MORAIS, Artur Gomes de. Ortografia: ensinar e aprender. São Paulo: Ática, 2009.

MORAIS, Artur Gomes de. Sistema de escrita alfabética. São Paulo: Melhoramentos, 2012.

SANTOS, João Paulo Silva dos; Joana Terza Vaz de; KNOX, Winifred. O território na região geográfica imediata de Mossoró/RN: uma discussão sobre a binaridade rural/urbana a partir de Weber, Durkheim, Marx e Giddens. Revista produção acadêmica -núcleo de estudos urbanos regionais e agrários/ nurbu –vol. 7, n.1, 2021.

SAVIANI, Demerval. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SILVA, Maria. Semente de luta do Rio Grande do Norte: o assentamento Maísa. 2024.

Disponível em <https://mst.org.br/2024/07/25/semente-de-luta-no-rio-grande-do-norte-assentamento-maísa/> acesso em 21 set. 2024.

SOARES, Magda. “Alfabetização e Letramento: as muitas facetas”. Revista Brasileira de Educação. No 25. Jan /Fev /Mar /Abr 2004a.

SOARES, Magda. Alfabetização e Letramento. São Paulo: Contextos, 2004b.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.